

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura n.º 13/2024, em que é recorrente o **Partido Africano da Independência de Cabo Verde** e entidade recorrida o **Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 89/2024

(Nos autos de Recurso Contencioso de Apresentação de Candidaturas em que é recorrente o Partido Africano da Independência de Cabo Verde e recorrido o Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe)

I. Relatório

1. João Domingos Barbosa, Mandatário das Listas de Candidatura propostas pelo PAICV às eleições autárquicas de 01 de dezembro de 2024, no Município de São Filipe, inconformado com a decisão do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe, proferida nos Autos à margem referenciados, que admitiu as candidaturas da UCID - União Cabo-verdiana Independente e Democrática, vem dela interpor recurso para o Tribunal Constitucional, com base nas seguintes alegações:

1.1. “Ao tomar conhecimento no dia 26 de outubro de 2024 através da publicação provisória das lista do MPD- Movimento para democracia e UCID, União Cabo-verdiana Independente e Democrática às eleições autárquicas de 01 de dezembro de 2024 pelo Circulo Eleitoral de São Filipe, imediatamente tratamos de buscar informações sobre a elegibilidade de alguns candidatos, pois já tínhamos dúvidas de eventuais impedimentos, e desta análise, sobressaíram evidências de que os candidatos abaixo designados não atendem às condições legalmente estabelecidas para a candidatura, uma vez que têm dívidas com o Município de São Filipe.

2. O artigo 420.º do Código Eleitoral na sua alínea a) reza que “Para além das inelegibilidades gerais previstas neste Código, são ainda inelegíveis para os órgãos municipais: a) os devedores em mora do município e respetivas garantas”.

3. Ora, os seguintes candidatos, do MPD e da UCID, possuem dívidas com o Município ao qual se candidatam, como a seguir se discriminam:

- António Pedro Barbosa Cardoso candidato n.º 1 na lista de efetivos do MPD para a Câmara Municipal, dívida de IUP referente aos anos de 2020 a 2024, (ver anexo 1);

- Jelson Emanuel Gomes da Silva candidato n.º 2 na lista de efetivos do MPD para a Assembleia Municipal, dívida de IUP referente aos anos de 2009 a 2024 (ver anexo 2);

- Samira Pires Teixeira candidata n.º 5 na lista de efetivos do MPD para a Câmara Municipal, dívida de IUP referente ao ano de 2024 (ver anexo 3);

- José Manuel Barros Monteiro candidato n.º 17 na lista de efetivo do MPD para Assembleia Municipal, dívida de IUP referente ao ano 2024 (ver anexo 4);

- Henrique Cardoso Gomes, candidato n.º 1 na lista de efetivos da UCID para a Assembleia Municipal, dívida de IUP referente aos anos 2014 a 2024, imposto de circulação de automóveis, Licença de Aluguer, taxa de Energia, certidão matricial e Escritura Pública (ver anexo 5 e 6);

- Merezita Barros Gomes, candidata n.º 4 na lista de suplentes da UCID para a Câmara Municipal, dívida de IUP referente aos anos 2022 a 2024 (ver anexo 7).

2. Recebida a peça pela Secretária do Tribunal da Comarca de São Filipe, no dia 27 de outubro, ordenou-se que fosse notificado o mandatário da Listas da UCID para, em querendo, responder.

3. Fazendo uso dessa faculdade, veio o Senhor Mandatário da Candidatura da UCID às suprarreferidas eleições apresentar a sua posição nos seguintes termos:

“1. Dispõe o artigo 353.º do C.E em vigor que “Das decisões finais do Tribunal de Comarca relativas à apresentação de candidatura cabe recurso para o Tribunal Constitucional no prazo de quarenta e oito horas a contar da notificação da decisão”.

2. Como se depreende da douda petição inicial o Recurso ora interposto, visando impugnar a candidatura da UCID, está dirigida ao Tribunal da Comarca de São Filipe, Juízo Cível, e não para o Tribunal Constitucional, conforme impõe o artigo 353.º C.E.

3. Ademais, pese embora o n.º 1, do artigo 355.º do citado diploma legal, estipular que o Recurso é entregue no Tribunal que proferiu a decisão (Tribunal Cível da Comarca do Fogo), não se confunde com o Tribunal a quem o Recurso deve ser dirigido (Tribunal Constitucional).

4. Isto porque, uma vez proferida a decisão de admissibilidade da Lista da UCID, ora impugnada, o Tribunal Cível da Comarca do Fogo esgotou a sua jurisdição, configurando assim uma situação de incompetência absoluta deste Tribunal para conhecer o Recurso, por força do disposto nos artigos 353.º, 356.º e 357.º, sempre do C.E, conjugado com os artigos 215.º da CRCV, n.1, al. c), primeira parte, e 14.º, al. c), da Lei n.º 56/VI/2005 de 28 de Fevereiro.

5. Como é bem sabido, a incompetência absoluta do Tribunal é de conhecimento oficioso, e obsta o conhecimento do pedido pelo Tribunal e impõe a absolvição do reu da instância, nos termos do disposto no artigo 68.º, 97.º e 100., n.º 1, todos do Código de Processo Civil (CPC).

6. Em consequência disso, sempre que o recurso não é dirigido para o Tribunal competente, como é o caso, tal deficiência e/ou irregularidade impõe o indeferimento liminar do Recurso, ou no mínimo que seja proferido despacho convidando o recorrente a expurgar a irregularidade/ deficiência.

7. O Meritíssimo Juiz do Tribunal Cível da Comarca de São Filipe, ao proferir o doudo despacho de admissibilidade do Recurso, terá optado por sanar oficiosamente esta irregularidade/ deficiência, o que tem como consequência jurídica a Invalidez/Nulidade da decisão, nos termos do disposto no artigo 3.º, nº3, 211.º, n.ºs 2, 3 e 5, ambos da CRCV.

Da alegada inelegibilidade dos candidatos n.1 e 4 da Lista da UCID à Assembleia Municipal.

8 A situação de inelegibilidade a que alude o artigo a alínea a) do artigo 420.º do C.E, pressupõe que o devedor esteja em mora.

9. Ora, o n.º 1 do artigo 805.º do C.C, dispõe que o devedor só fica constituído em mora depois de ter sido judicial ou extrajudicialmente interpelado para cumprir, salva as exceções prevista no n.º 2.

10. No caso dos autos, o recorrente não faz prova suficiente de que os alegados devedores estão constituídos em mora, nem de que forma é que constituíram em mora e a partir [quis dizer “a partir”] de que momento constituíram em mora.

11. Ora, no que toca a Sra. Marizita Barros Gomes, candidata n.º 4 na lista de efetivos da UCID a Assembleia Municipal, a mesma nunca foi interpelada da existência de qualquer dívida contra o Município, pese embora possa reconhecer a dívida do anexo 7, no valor de 3.010\$00, que já foi liquidada conforme documento que se junta sob o n.º 1 (Doc. n.º 1).

12. Por outro lado, no que se refere ao Sr. Henrique Cardoso Gomes, candidato n.º 1 na lista de efetivos da UCID a Assembleia Municipal, não reconhece a existência da dívida, constante do anexo que identifica, o valor aproximado de 11.143\$00, tendo a mesma já sido liquidada há vários anos, conforme certidão que se junta (Doc. n.º 2).

13. Outrossim, relativamente a alegada dívida constante do anexo 5, não pertence ao candidato Henrique Cardoso Gomes, e nem a UCID apresentou qualquer candidato com o nome de “Henrique Gomes Cardoso”.

14. O tal fulano de nome “Henrique Gomes Cardoso” não tem qualquer relação com a candidatura da UCID, pelo que o PAICV e o Mandatário da Lista devem tomar mais cuidado, pois poderão correr o risco de levar um processo crime, por fazer uso de dados pessoais, alheios, sem o devido consentimento da pessoa visada.

15. Estranha-se que, a esta altura, o PAICV e o Mandatário da Lista estejam mais preocupados com os candidatos da lista da UCID, ou com a candidatura da UCID, quando deveriam estar preocupados com a sua própria candidatura, o que só demonstra desespero e falta de confiança na sua candidatura às eleições que se avizinham.

16. O Tribunal Aquo andou bem ao admitir as Listas apresentadas pela candidatura da UCID, para os órgãos municipais, do Município de São Filipe, nas eleições autárquicas de 01 de dezembro de 2024, por reunirem as condições previstas no Código Eleitoral, e demais legislações aplicáveis.

Nestes termos, e nos melhores de Direito que V. Excias., doutamente suprirão, roga-se ao Colendo Tribunal Constitucional, que:

Seja declarada a Invalidez/Nulidade do despacho que admitiu o Recurso interposto pelo Mandatário da Lista do PAICV, com todas as consequências legais, por violar, o disposto nos artigos 3.º, n.º 3, e 211.º, n.ºs 2,3 e 5da CRCV;

Mas se assim não entenderem o Tribunal Constitucional, que, subsidiariamente,

Seja declara improcedente o Recurso, na parte em que impugna a decisão do Tribunal que admitiu a Lista apresentada pela candidatura da UCID, para Assembleia Municipal, alegando inelegibilidade dos candidatos n.ºs 1 e 4 da Lista da UCID, por manifesta falta de fundamento;

Seja mantida a decisão do Tribunal Aquo que admitiu a dita lista da UCID, e que declarou a elegibilidade dos aludidos candidatos, Henrique Cardo Gomes e Merezita Barros Gomes;

Seja declarada a inexistência de dívida ao Município de São Filipe em nome dos candidatos Henrique Cardos Gomes e Merezita Barros Gomes.

Fez acompanhar a peça a que se refere o parágrafo precedente de recibos de pagamento de imposto único sobre o património em nome dos candidatos Henrique Cardoso Gomes e Merezita Barros Gomes conforme folhas 197 a 200 dos autos.

4. Recebido o processo nesta Corte Constitucional, procedeu-se à distribuição, debate e apresentação do projeto de acórdão pelo relator que o elaborou com base na fundamentação consensualizada nos termos que se seguem.

II – Fundamentação

5. No presente recurso pretende o impugnante que sejam considerados inelegíveis, por alegada existência de dívida em mora para com o Município de São Filipe, os seguintes candidatos:

António Pedro Barbosa Cardoso candidato n.º 1 na lista de efetivos do MPD para a Câmara Municipal; Jelson Emanuel Gomes da Silva candidato n.º 2 na lista de efetivos do MPD para a Assembleia Municipal; Samira Pires Teixeira candidata n.º 5 na lista de efetivos do MPD para a Câmara Municipal; José Manuel Barros Monteiro candidato n.º 17 na lista de efetivo do MPD para Assembleia Municipal; Henrique Cardoso Gomes, candidato n.º 1 na lista de efetivos da UCID para a Assembleia Municipal; Merezita Barros Gomes, candidata n.º 4 na lista de suplentes da UCID para a Câmara Municipal.

Para o recorrente, os candidatados acima mencionados seriam inelegíveis para os órgãos autárquicos desse Município, por se ter verificado junto dos serviços do IUP da Câmara Municipal de São Filipe que os mesmos eram devedores em mora, com base na alínea a) do artigo 420.º do Código Eleitoral.

6. Antes de o Tribunal conhecer do mérito deste recurso, importa verificar se os pressupostos de admissibilidade do mesmo se encontram presentes.

6.1. Assim, não se coloca problema de legitimidade, na medida em que é recorrente o mandatário das Listas do PAICV, partido político concorrente, conforme dispõe o artigo 354.º do Código Eleitoral: “têm legitimidade para interpor recurso os candidatos, os mandatários das listas e os partidos políticos ou coligações concorrentes à eleição no círculo eleitoral”.

6.2. O Tribunal Constitucional é competente para apreciar e decidir o presente recurso. Pois, resulta de forma inequívoca a sua competência uma vez que nos termos do artigo 353.º do Código Eleitoral, “das decisões finais do Tribunal de Comarca relativas à apresentação de candidaturas cabe recurso para o Tribunal Constitucional (...)”, não há dúvida que o despacho através do qual se admitiu a candidatura da UCID constitui uma

decisão relativa à apresentação da respetiva candidatura para as próximas eleições autárquicas com vista à escolha dos titulares de órgãos do Município de São Filipe.

Relativamente à alegada incompetência do Tribunal da Comarca de São Filipe, pelo facto de o requerimento de interposição de recurso ter sido dirigido ao Meritíssimo Juiz de Direito do Tribunal Cível da Comarca de São Filipe, em vez de o ter sido ao Tribunal Constitucional, terá sido um descuido do recorrente que não tem a gravidade da exceção de incompetência absoluta do Tribunal da Comarca de São Filipe que deve ser apenas o Tribunal onde se apresenta o recurso, como de facto, aconteceu. Pois, o Tribunal a quo não assumiu a competência para decidir o recurso interposto, competência essa que, efetivamente, pertence ao Tribunal Constitucional, tendo aquele se limitado a recebê-lo, admitindo-o e ordenar a sua subida à instância materialmente competente.

Por outro lado, embora não resulte expressamente do Código Eleitoral que o Tribunal que proferiu a decisão recorrida deva, através de um despacho, admitir ou rejeitar o recurso, aqui e acolá, tem havido situações em que determinados juízes o têm feito.

Talvez pela especial celeridade processual, o Código Eleitoral estipula que o Tribunal que proferiu a decisão impugnada recebe o recurso e o envia ao Tribunal Constitucional para que este o decida.

A circunstância de o presente recurso ter sido dirigido ao Tribunal que proferiu a decisão impugnada e que depois de o ter recebido mandou parcialmente exercer o contraditório e ordenou a sua subida ao Tribunal Constitucional para decidir não constitui exceção de incompetência absoluta do Tribunal a quo.

6.3. Por último, mas não menos importante, é condição de admissibilidade de qualquer recurso dessa natureza que o requerimento em que se impugna uma candidatura admitida ou alguns dos seus integrantes seja apresentado dentro do prazo de quarenta e oito horas a contar da notificação da decisão que se pretende impugnar.

O despacho que admitiu a candidatura do UCID foi tornado público no dia 26 de outubro, e, no seguinte, o Mandatário do PAICV deu entrada, no Tribunal de Comarca de São

Filipe, o requerimento de interposição do presente recurso. Portanto, o recurso mostra-se tempestivamente interposto.

6.4. Admite-se, pois, o presente recurso cujo objeto se limita à verificação da alegada inelegibilidade decorrente de existência de dívida em mora relacionada com os candidatos já nominados.

7. O recorrente instruiu o seu requerimento de interposição de recurso juntando uma série de documentos nos quais se pode ver, a preto e branco, a heráldica do Município de São Filipe, abaixo da qual se encontram grafadas “República de Cabo Verde, Câmara Municipal de São Filipe e Extrato de dívida e “com referência ao período, o tipo de imposto, a matriz e o local e o valor da dívida, todavia, sem carimbo, nem assinatura.

7.1. O Mandatário da UCID, por seu turno, apresentou, no dia 29 de outubro, uma declaração emitida pelo Secretário da Câmara Municipal de São Filipe em como a senhora Merezita Barros Gomes, nem o senhor Henrique Cardoso Gomes eram devedores do referido Município.

8. Os candidatos António Pedro Barbosa Cardoso, n.º 1 na lista de efetivos do MPD para a Câmara Municipal; Jelson Emanuel Gomes da Silva, n.º 2 na lista de efetivos do MPD para a Assembleia Municipal; Samira Pires Teixeira, n.º 5 na lista de efetivos do MPD para a Câmara Municipal; José Manuel Barros Monteiro, n.º 17 na lista de efetivo do MPD para Assembleia Municipal, indicados pelo recorrente como pessoas que se encontravam em dívida para com o Município de São Filipe não terão sido notificados, nestes autos, para um eventual exercício do contraditório. Talvez o tenham sido no âmbito do recurso que o PAICV interpôs contra a admissão da candidatura do MpD.

Seja como for, a eventual omissão de notificação nos termos do n.º 2 do art.º 355.º não afeta significativamente a posição desses candidatos face à provável rejeição deste recurso que também os beneficiará.

9. A impugnação de candidaturas autárquicas com base em alegada inelegibilidade decorrente de dívida em mora para com o Município vem de longa data e tem sido recorrente entre nós, não obstante um rol considerável de acórdãos do Supremo Tribunal

de Justiça, quando exercia as funções do Tribunal Constitucional, mas também desta Corte, desde a sua instalação, em 15 de outubro de 2015, que fixaram orientações claras sobre a existência de dívida em mora como fundamento da inelegibilidade prevista na alínea a) do artigo 420.º do Código Eleitoral.

Basta compulsar e ler com cuidado os seguintes arestos:

(Acórdão 3/2000, de 24 de janeiro, Rel: JC Jaime Miranda, não publicado, p. 5), passou a adotar uma posição extremamente cautelosa e tributária da proteção do direito constitucional de participação política em causa (assim, a partir do Acórdão 4/2004, de 19 de fevereiro, Rel: JC Fátima Coronel, não-publicado, pp. 3-4, o Acórdão 5/2004, de 20 de fevereiro, Rel: JC Benfeito Ramos, não-publicado, p. 1; o Acórdão 6/2004, de 20 de fevereiro, Rel. JC João da Cruz Gonçalves, não-publicado, pp. 2-4; 11

Acórdão 8/2004, de 20 de fevereiro, Rel: JC Raul Varela, não-publicado, p. 1; Acórdão 9/2004, de 23 de fevereiro, Rel: JC João da Cruz Gonçalves, não-publicado, p. 4; Acórdão 12/2008, de 17 de abril, Rel: JC Raúl Varela, não-publicado, p. 6; Acórdão 5/2012, de 4 de junho, Rel: JC Raúl Varela, não-publicado, pp. 3-4; Acórdão 6/2012, de 4 de junho, Rel: JC Manuel Alfredo Semedo, não-publicado, pp. 2-3).

Em particular sobre os elementos jurídicos constitutivos desta causa de inelegibilidade, veja-se, os acórdãos do Tribunal Constitucional, a partir de 2016: (Acórdão 14/2016, de 7 de agosto de 2016, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca dos Mosteiros, Rel: JC Pina Delgado; Acórdão 16/2016, de 7 de agosto, Rel: JC Pina Delgado, Pedro Fernandes Pires e Adílson Emídio Spínola Monteiro (integrantes da lista GPAIS) v. Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 50, de 16 de setembro de 2016, pp. 1739-1743; Acórdão 17/2016, de 7 de agosto, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 50, de 16 de setembro de 2016, pp. 1743-1750,

Acórdão n.º 38/2020, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 142, de 31 de dezembro de 2020, pp. 22-27. (Miguel João Duarte (Mandatários das Listas do MPD às Eleições Municipais de 2020) v. 1.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, sobre inelegibilidade por existência de dívidas em mora).

No que se refere ao carácter restritivo das normas sobre as inelegibilidades, veja-se, o Acórdão 14/2016, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca dos Mosteiros, Rel. JC Pina Delegado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n. 50, de 16 de setembro de 2016, pp. 1723-1733, cujo conteúdo é recuperado pelo Acórdão n.º 38/2020, de 26 de setembro, MPD vs. Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, Rel. JC Pina Delgado, publicado pelo Boletim Oficial, I Série, n.º 142, de 31 de dezembro de 2020, pp. 22-27, segundo o qual: “Esta é uma matéria de forte pendor constitucional se considerarmos que, na prática, o estabelecimento de critérios de elegibilidade ou, num prisma negativo, de inelegibilidade, confrontam em especial o direito de participação política dos candidatos e certas posições fundamentais de entidades como partidos políticos e até direitos de proponentes de candidaturas, assumindo, pelo seu impacto inevitável sobre a extensão desses direitos, a natureza de restrição. Portanto, impedir que alguém se candidate por esses motivos configura afetação de posição jurídica fundamental. Não é por outra razão que o tratamento de qualquer restrição à capacidade de uma pessoa concorrer a cargo público é matéria delicada que exige sempre uma interpretação da legislação à luz do espírito da Constituição, valendo somente as que forem explicitadas e determinando-se que a sua interpretação seja a mais estrita possível. Como lembra o autor de uma importante análise do Código Eleitoral cabo-verdiano, Mário Silva, (2. ed., p. 43). “convém ter presente, pelo menos, duas regras fundamentais de interpretação que a doutrina avança: a primeira, traduz-se no princípio segundo o qual não há inelegibilidade sem uma norma expressa que a preveja, não podendo ser presumida em caso algum; a segunda, decorre do facto de, mesmo exigindo norma expressa que a preveja, essa norma deve ser objeto de interpretação restritiva, afastando-se a analogia e a interpretação extensiva. Estas regras ancoram-se no reconhecimento de que as inelegibilidades constituem limitações ao exercício do direito fundamental de aceder aos cargos públicos de natureza eletiva, donde a necessidade de algum comedimento na sua consagração e aplicação”. 2.1. Há, de facto, situações em que a Constituição consagra injunções de inelegibilidade e nestes casos

Não resta alternativa ao legislador que as concretiza, configurando a sua interpretação mais estrita. É o caso da norma que considera inelegíveis os candidatos a deputados à Assembleia Nacional ou para titular de órgão municipal que figuram em mais de uma lista, nos termos do artigo 106(3) (“Ninguém pode ser candidato por mais de um ciclo eleitoral ou figurar em mais de uma lista, sob pena de inelegibilidade”) ou do candidato

a Presidente da República que, por delimitação negativa, não seja cabo-verdiano de origem, possua outra nacionalidade, tenha menos de trinta e cinco anos à data da candidatura e que, nos três anos imediatamente anteriores à mesma data não tenha tido residência permanente no território nacional. Isto porque explicitamente, o artigo 110 da Lei Magna da República estabelece que “só pode ser eleito Presidente da República o cidadão eleitor cabo-verdiano de origem, não possua outra nacionalidade, maior de trinta e cinco anos à data da candidatura e que, nos três anos imediatamente anteriores àquela data tenha tido residência permanente no território nacional”. 2.2. Todavia, há outras em que a Lei Fundamental se limita a estabelecer uma permissão de criação de inelegibilidades eleitorais, gravitando em torno dos efeitos que sobre ela exerce o artigo 56.º, que consagra, precisamente, o direito de participação política. Foi redigido da seguinte forma: “1. Todos os cidadãos têm o direito de aceder, em condições de igualdade e liberdade, às funções públicas e aos cargos eletivos, nos termos estabelecidos por lei. (...) 3. A lei garante a isenção e a independência do exercício dos cargos públicos só podendo, no caso no acesso aos cargos electivos, estabelecer as inelegibilidades necessárias para garantir a liberdade de escolha dos eleitores, a isenção e independência no seu exercício (...).

9.1. Relativamente às razões subjacentes à decisão para se prever essa causa de inelegibilidade, este Tribunal teve a oportunidade de assentar e reiterar que: “6.11. O artigo 420.º do Código Eleitoral prevê efetivamente que os devedores em mora com o município e respetivos garantes são inelegíveis para os órgãos municipais. Fixa dois pressupostos cumulativos, a saber: a) debito com o Município; b) mora com o município. Portanto, esta causa de inelegibilidade aplica-se a cidadão que, devendo prestação atual ou passada ao Município, ainda a não realizou, por um lado, e também, conforme a legislação civil, àqueles que são garantes dos primeiros, desde que, também cumulativamente, estes estejam em mora. A justificação primária desta proibição, que, curiosamente, só é imposta ao candidato a cargo eletivo municipal, executiva ou deliberativo, só pode ser a de evitar que, sendo eleito, o candidato possa agir no sentido de não proceder ao cumprimento dessa obrigação. Todavia, isto é, no mínimo, discutível, tendo em atenção que a lei e o controlo financeiro a que estão sujeitos não o permitiria de forma abrangente, ainda que subsistam situações em que isso pode acontecer na prática, pelo menos no que tange a valores mais elevados. A segunda justificação teria na sua base a ideia avançada pelo comentário de Mário Silva de que “o legislador estabeleceu uma

forte exigência ética na gestão municipal, partindo do princípio de que quem deve ao município não se encontra na melhor posição moral para cobrar os outros as dívidas que eventualmente tenham para com esta instituição.”

9.2. O Acórdão n.º 38/2020, de 26 de setembro, Miguel João Duarte vs. Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 142, de 31 de dezembro de 2020, pp. 22-27, adotou o conceito de dívida em mora recortado pelo artigo 804.º, n.º 2 do Código Civil, segundo o qual “o devedor considera-se constituído em mora quando, por causa que lhe seja imputável, a prestação, ainda possível, não foi efetuada no tempo devido”, fixando-se igualmente que “o devedor só fica constituído em mora depois de ter sido judicial ou extrajudicialmente interpelado para cumprir”.

Esse mesmo aresto considerou que são necessárias três condições para que um candidato possa ser desqualificado com base na inelegibilidade da alínea a) do artigo 420.º do Código Eleitoral e que constitui ónus do recorrente provar que:

- a) Existe dívida com o Município a cujos órgãos a pessoa se candidata;
- b) A dívida está em mora;
- c) A cobrança decorreu conforme os procedimentos previstos pela lei e o devedor foi interpelado para fazer e não o fez até ao momento em que o Tribunal Constitucional aprecia e decide o recurso.

10. No caso sub judice e no que tange à existência de dívida, o recorrente apresentou uma série de documentos nos quais se pode ver, a preto e branco, a heráldica do Município de Santa Cruz, abaixo da qual se encontram grafadas “República de Cabo Verde, Câmara Municipal de Santa Cruz e Extrato de dívida, com referência ao período, o tipo de imposto, a matriz e o local e o valor da dívida, mas sem carimbo, nem qualquer assinatura. Não são, pois, documentos idóneos para provar a existência de dívida. Portanto, em relação aos candidatos António Pedro Barbosa Cardoso, n.º 1 na lista de efetivos do MPD para a Câmara Municipal; Jelson Emanuel Gomes da Silva, n.º 2 na lista de efetivos do MPD para a Assembleia Municipal; Samira Pires Teixeira, n.º 5 na lista de efetivos do

MPD para a Câmara Municipal; José Manuel Barros Monteiro, n.º 17 na lista de efetivo do MPD para Assembleia Municipal, indicados pelo recorrente como pessoas que se encontravam em dívida para com o Município de São Filipe, o facto de não terem podido exercer o contraditório, não impede que se considere que a alegada inelegibilidade não os atinge, por ausência de prova sobre a suposta dívida para com o Município de São Filipe.

No que se refere aos candidatos Henrique Cardoso Gomes e Merezita Barros Gomes integrantes da Lista da UCID, fez-se prova de que não se encontravam em dívida para com o Município de São Filipe, pelo que se considera improcedente a alegação de que os mesmos padeceriam de inelegibilidade prevista na alínea a) do artigo 420.º do CE.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, acordam em negar provimento ao recurso, confirmando a decisão recorrida nos seus precisos termos.

Registe, notifique e publique.

Praia, 03 de novembro de 2024

Os Juízes Conselheiros

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

(Nos termos da parte final do n.º 1 do artigo 150.º do CPC, aplicável ex vi do art.º 50º da Lei do Tribunal Constitucional, não assina o Acórdão por se encontrar ausente)

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 03 de novembro de 2024.

O Secretário,

João Borges